

## **BRASIL: GEOGRAFIA POLÍTICA E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

### **BRASIL: GEOGRAFÍA POLÍTICA Y ESTRATEGIAS DE DESARROLLO SOSTENIBLE**

**RESUMO:** O presente ensaio investiga a posição política brasileira no plano interno e externo, bem como realça suas capacidades e disformidades. O escopo é estabelecer os investimentos estratégicos capazes de retirar o país do estigma do subdesenvolvimento e inseri-lo no rol dos países industrializados. Destarte, elege-se a educação, a ciência e a tecnologia como molas propulsoras do progresso. Delimita-se o tema a partir do enfoque da necessidade de o Brasil buscar o desenvolvimento sustentável como método seguro de se alcançar maior projeção geopolítica. Problematiza-se a complexa questão de o país, inobstante possuir excelentes condições naturais e estruturais, ainda permanece na condição do subdesenvolvimento. A metodologia utilizada é dedutiva, está lastreada na técnica bibliográfica e recorte crítico da realidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Geopolítica. Investimentos Estratégicos. Desenvolvimento Sustentável.

**ABSTRACT:** El presente ensayo investiga la posición política brasileña en el plano interno y externo, así como realza sus capacidades y disformidades. El ámbito es establecer las inversiones estratégicas capaces de retirar el país del estigma del subdesarrollo e insertarlo en el rol de los países industrializados. De este modo, se elige la educación, la ciencia y la tecnología como muelles propulsores del progreso. Delimita el tema a partir del enfoque de la necesidad de que Brasil busque el desarrollo sostenible como método seguro de alcanzar una mayor proyección geopolítica. Se plantea la compleja cuestión de que el país, incondicional poseer excelentes condiciones naturales y estructurales, todavía permanece en la condición del subdesarrollo. La metodología utilizada es deductiva, está respaldada en la técnica bibliográfica y recorte crítico de la realidad.

**PALABRAS CLAVE:** Geopolítica. Inversiones estratégicas. Desarrollo sustentable.

**SUMÁRIO:** 1. Introdução. 2. A Posição do Brasil no Cenário Global e Regional e suas Políticas Interna e Externa. 2. A Educação, Ciência e Tecnologia e sua Interface com o Desenvolvimento Sustentável no Brasil. 2.1. O Papel da Educação no Desenvolvimento Sustentável Nacional. 2.2. A Importância da Ciência para Superação do Subdesenvolvimento. 2.3. A Tecnologia como Mola Propulsora do Desenvolvimento Sustentável. 3. Conclusão. Referências Bibliográficas.

## 1. INTRODUÇÃO

O artigo presente trabalha a temática da geografia política do Brasil nas esferas interna e externa a fim de se realçar seu pleno potencial e descobrir suas principais deficiências.

Inserido no objeto do Direito Constitucional Brasileiro e Ciências Políticas o escopo é estabelecer quais os investimentos estratégicos são capazes de retirar o país de sua condição de subdesenvolvimento para alçá-lo ao “status” de desenvolvimento.

Tem-se que referidos investimentos são: educação; ciência e tecnologia, conforme preconiza o texto constitucional nos artigos 205 e 218.

O corte epistemológico se delinea a partir de um enfoque crítico da necessidade de inserir o Brasil em uma plataforma de desenvolvimento sustentável, e assim, alcançar maior visibilidade geopolítica e investimentos internacionais.

É o desenvolvimento nacional uma meta do Estado brasileiro, a teor do que prescreve o artigo 3º, inciso II da Carta Magna. Esse desenho desenvolvimentista deve atender um conjunto de valores que são vetores fundamentais da República, quais sejam dignidade da pessoa humana, justiça social, ética e moralidade pelo que se depreende da leitura dos artigos iniciais do Texto maior.

Destarte, elegeu-se o desenvolvimento sustentável, haja vista ser um modelo que se adequa ao projeto brasileiro, pois possui forte conteúdo axiológico. Esse modelo traz no seu bojo equidade social, progresso econômico e preocupação ambiental.

Problematiza-se como o Brasil, sendo possuidor de considerável estrutura natural e econômica, ainda permanece na desconfortável situação do subdesenvolvimento.

Estudar-se-á as relações geopolíticas do Brasil no plano internacional a fim de se observar como as maiores potências impõem aos países mais pobres sua vontade política e econômica, e como um conjunto de políticas internas pode viabilizar uma mudança radical de paradigma.

O tema justifica-se ante a premente necessidade do desenvolvimento. Referenda-se em importante marco teórico sintetizado nas obras: “Os desafios dos Direitos Humanos Fundamentais na América Latina e na Europa” e “A Nova Configuração Mundial do Poder”.

Adota-se o método dedutivo, com apoio da técnica bibliográfica e recorte crítico da realidade.

## 1. A POSIÇÃO DO BRASIL NO CENÁRIO GLOBAL E REGIONAL E SUAS POLÍTICAS INTERNA E EXTERNA

Inobstante ser a liderança regional da América do Sul, o Brasil ocupa uma posição média nas relações geopolíticas globais, de modo que com as constantes mudanças na configuração mundial do poder, o país pode se beneficiar e ocupar postos maiores na escala da hierarquia política e econômica.

Observa-se que na atual conjuntura o Brasil, a despeito de seu relativo crescimento econômico, industrial e tecnológico, ainda mantém uma característica agrária forte, de modo que sua influência internacional pode ser substancialmente elevada, caso invista em um processo urgente de industrialização.

No cenário mundial, com o aparente declínio da nação mais poderosa do planeta, a saber, os Estados Unidos, e com a emergência econômica de outras, tais como China, Rússia, Alemanha e França, o Brasil poderia aproveitar o multipolarismo e aspirar novas posições na política externa.

As contingências de guerras, conflitos étnicos, etc., não é um problema para o Brasil, porém o fato de carecer de investimentos em áreas estratégicas, tais como energia sustentável, tecnologias, educação e ciências, faz com que permaneça estável em sua posição com pouca expressão em nível global.

Desde a colonização até os dias de hoje, a economia brasileira parece residir basicamente na matéria prima. A industrialização requer mais que isso; ou seja, requer investimentos em educação e ciência de ponta, grandes parques industriais e tecnológicos, bem como pesquisa em fontes de energia sustentável.

Um desenvolvimento sustentável lastreado numa economia forte e políticas sociais inclusivas com altos índices de desenvolvimento humano é a chave para uma projeção da imagem do país no cenário internacional, pois:

Sem entrar em análise minuciosa, sabemos que, do ângulo interno, os nossos objetivos de desenvolvimento-justiça social têm uma dimensão internacional (que vai da obtenção de investimentos à capacidade de influenciar a agenda econômica internacional) que será mais facilmente realizada se soubermos tomarmos medidas internas que signifiquem crescimento, melhor distribuição de renda, bom *record* em matéria de direitos humanos etc. É isto que nos dará força de atração para o aumento de influência em áreas que nos interessam. Uma situação social precária será sempre, além de injusta, um fator de limitação à nossa capacidade de projeção no plano internacional [DUPAS, LAFER & SILVA, 2008, pp. 127-128].

Há que se destacar que o desenvolvimento interno deve preceder o engajamento do Brasil no cenário global, haja vista que é a sua fortaleza econômica e a

sua capacidade política de administração e distribuição das riquezas produzidas, a mola propulsora de sua visibilidade internacional.

Todavia, nada obsta que o país implemente um plano de industrialização e desenvolvimento interno à medida que elabora políticas externas de projeção, sem esquecer que a sadia qualidade de vida de seus nacionais é seu maior desiderato.

O Brasil é proprietário de um invejável conjunto de recursos naturais, os quais são sempre desejados pelos países mais ricos, como petróleo, grãos, tecidos, carnes, minérios, dentre outros, de forma que tais riquezas se tornam um inconveniente, na hipótese do país apenas servir de “celeiro de alimentação aos outros países”.

Com os investimentos apropriados e uma política agrária forte, o país pode confirmar uma economia sólida, aumentando assim seu poder de negociação no mercado externo, atraindo divisas e investimentos no plano interno.

O protagonismo diplomático desse país que é “gigante por sua própria natureza”, reside na sua capacidade estratégica de observar as grandes transformações mundiais, ao tempo em que descobre e executa seu papel; papel este, que deve ser exercido com boa vontade política e investimentos estratégicos.

Tendo uma posição de destaque e liderança no Mercado Sul Americano, o Brasil parece não ter entendido que essa integração política, econômica e aduaneira com os países vizinhos pode lhe dar o suporte necessário para o desenvolvimento interno e externo.

O problema é: por que o Brasil, a despeito de seu enorme potencial, ainda não se desenvolveu? Uma das características da globalização é a proliferação de grandes empresas e cartéis controlados por um capitalismo internacional. Destarte, as empresas transnacionais tornam-se importantes atores, os quais passam a dar as cartas no jogo do poder.

Não é novidade que agentes econômicos de monta venham, por meio de seu gigantesco capital, cooptar os atores políticos dos países mais pobres para o estabelecimento de regras internas que melhor favoreça seus interesses.

É do interesse das empresas transnacionais que o mercado econômico global e regional seja direcionado por uma política liberalista guiado por uma “mão invisível”, de modo que as estruturas políticas permaneçam também “invisíveis”.

Porém, caso o Brasil assuma seu papel de comando no eixo mercosulino, pode congrega forças com os demais países, de forma que adquirindo maior competitividade possa fazer frente às pretensões das empresas transnacionais.

Inadmissível que o Brasil feche seus olhos à dura realidade de que poderosas empresas estrangeiras, as quais não travam nenhum compromisso com a sustentabilidade, venham usar os recursos ambientais da América Latina de forma a privatizar o lucro e coletivizar sérios problemas ambientais.

A conscientização sobre a necessidade de se amparar o processo de tomada de decisões por parte do Poder Público – em todo e qualquer nível – pressupõe, *ab initio*, uma análise dos mecanismos que possam conjugar e compatibilizar os desenvolvimentos econômico e social com a proteção do meio ambiente, de sorte a transformá-los em desenvolvimento sustentável, ou, nas palavras de Sachs, “... desenvolvimento socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado” [DIZ & CALDAS, 2016, pp. 2-3].

Quando comparado ao bloco europeu, o Cone Sul, evidentemente, apresenta assimetrias muito mais acentuadas, de forma que se valendo de uma política axiológica pautada em valores de justiça, ética e solidariedade, o Brasil deve assumir efetivamente sua posição de liderança com vistas não apenas ao seu desenvolvimento, mas também dos seus parceiros vizinhos.

Isso pode ser feito por meio de intenso comércio entre os países da região, redução da taxa de juros, proteção e preferência ao mercado comum, criação de grupos de pesquisa e desenvolvimento de projetos científicos, bem como pelo compartilhamento de tecnologias sustentáveis.

Nessa linha, os países mercosulinos precisam pensar seriamente na formação de uma figura supranacional, haja vista a necessidade de um fortalecimento político mais denso do grupo, ressaltando que a soberania, tida como caríssima às incipientes repúblicas, pode perfeitamente se coadunar com a transferência de determinadas competências legislativas para a consecução de fins comuns.

Ademais, “[...] dichos Estados no estén aferrados a la doctrina de la soberanía absoluta, pues, si tal ocurriera, sería imposible su participación en Organizaciones de integración” (HEREDIA, 2002, p. 125).

A posição estratégica da liderança brasileira no Mercosul deve ser utilizada de forma efetiva e intrépida, com vistas a conduzir o grupo aliado à materialização dos seus propósitos, conforme se depreende:

Já no primeiro parágrafo do Preâmbulo, os signatários do Tas definiram “a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração” como “condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social” [VENTURA, 2003, p. 27].

Enfim, já é tempo de Brasil e América Latina despertar para o enfrentamento das questões atinentes ao desenvolvimento sustentável da região.

## **2. A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E SUA INTERFACE COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL**

Por desenvolvimento sustentável tem-se o progresso econômico, a distribuição justa da riqueza, a melhoria na qualidade de vida do cidadão, a excelência na prestação dos serviços públicos, o desenvolvimento integral das potencialidades humanas, a aplicação axiológica dos valores constitucionais, a proteção ambiental e a expansão internacional do país.

Já é tempo de o Brasil se inserir no rol de países industrializados. O subdesenvolvimento, processo histórico e produto da economia internacional, que tem se arrastado por um longo período em nossa história não é mais compatível com a potencialidade de nossa economia, considerada uma das maiores do mundo.

Crê-se que o Brasil possui recursos naturais abundantes, comércio externo em expansão, projeção política no eixo Mercosul, além da ausência de contingentes obstaculizadores, como escassez de matérias primas, guerras, conflitos étnicos, etc. Tem, enfim, grande potencial para o desenvolvimento.

A problemática do eterno subdesenvolvimento brasileiro parece residir na má administração da coisa pública; na corrupção; na falta de distribuição de renda; e na ausência de uma política tributária mais justa.

Somem-se a essas contingências, fatores históricos e também, as imposições do capitalismo global, cuja política estritamente lucrativista, determina os moldes da economia internacional.

Igualmente, a ausência de políticas de largo alcance social e efetivamente inclusivas, constituem causa suficiente do subdesenvolvimento, de forma que três áreas são consideradas estratégicas ao desenvolvimento de qualquer país, sendo elas a educação, o investimento em pesquisas científicas e o desenvolvimento de tecnologias de ponta.

### **2.1. O Papel da Educação no Desenvolvimento Sustentável Nacional**

A educação está intrinsecamente ligada à qualidade de vida e à dignidade da pessoa humana, sendo um elemento imprescindível ao desenvolvimento individual, social e ao exercício da cidadania. É por meio de uma educação de qualidade que o indivíduo desenvolve suas potencialidades e descobre seu papel existencial e social.

A educação escolar e acadêmica abordada neste artigo refere-se à educação verdadeira, autêntica, qualitativa, inclusiva e cidadã, capaz de despertar o espírito reflexivo e crítico, não a educação domesticadora e ideológica, que faz com que os alunos tornem-se meros reprodutores de teorias e repetidores de fórmulas ao país, pois:

A ausência da educação como garantia de desenvolvimento sustentável, a presença do poder judiciário tal como ele se apresenta no Brasil permite, pela morosidade de seus juízes, o avanço da corrupção. Coze para a sociedade um caldo político extremamente indigesto e danoso [BURSZTYN (org.); et al., 2001, p.115].

## **2.2. A Importância da Ciência para Superação do Subdesenvolvimento**

A produção de estudos científicos é fundamental para a implantação de uma sadia qualidade de vida, à medida que a ciência pode melhorar substancial e diretamente a vida das pessoas. Porém, a verdadeira ciência não pode ser desenvolvida lastreada em paradigmas dogmáticos, atuando de forma ideológica, pretensiosa, acrítica e manipulada. Ela deve ser humilde, livre, honesta, ética e revolucionária.

O conhecimento científico precede à tecnologia, haja vista que ele ordena e constrói os saberes que vão atuar diretamente na vida prática:

O avanço da ciência experimental (e do progresso técnico) é facilitado pela secularização do saber e pela difusão dos conhecimentos que acompanham a ascensão da burguesia, atuando como um mecanismo multiplicador, abrindo o caminho à revolução tecnológica [FURTADO, 2003, p. 89].

Entendendo a educação, a ciência e a tecnologia, dentre outros, como fatores impulsionadores do desenvolvimento sustentável, a OEA, acentua que:

A cooperação interamericana para o desenvolvimento integral é responsabilidade comum e solidária dos Estados membros, no contexto dos princípios democráticos [...]. Ela deve compreender os campos econômico, social, educacional, cultural, científico e tecnológico [...] (OEA, 1948, Artigo 31).

O problema dos países subdesenvolvidos é que destinam poucos recursos a pesquisas científicas, colocando-se dessa forma na dependência dos conhecimentos desenvolvidos e organizados pelos países, geralmente, desenvolvidos.

Nota-se que a falta de investimentos no setor científico de um país como o Brasil, não é apenas um problema estrutural interno, mas uma condição estabelecida pelos países desenvolvidos. Estes, por meio de grandes corporações, não apenas monopolizam o saber e ditam os temas a serem pesquisados, como também importam “cérebros”, tornando os países periféricos, dependentes de seu “know-how”:

A atividade de pesquisa e desenvolvimento nos países desenvolvidos concentra-se em algumas grandes corporações ou em organizações apoiadas

pelo governo [...]. Estas condições têm conduzido à formação de oligopólios de pesquisa e desenvolvimento em quase todos os ramos da atividade econômica, e particularmente naqueles de grande intensidade tecnológica [SAGASTI, 1986, p.17].

Um dos efeitos colaterais da globalização é a mercantilização do conhecimento pelas grandes empresas transnacionais, o que faz com que a elite global do poder econômico tenha sob suas mãos o direcionamento político, científico e tecnológico do jogo internacional. Impende ao Brasil desenvolver em caráter de urgência uma política científica de âmbito interno.

### **2.3. A Tecnologia como Mola propulsora do Desenvolvimento Sustentável**

Outro fator de extrema relevância ao projeto de desenvolvimento sustentável brasileiro é a tecnologia. É impensável, que em pleno século XXI, o Brasil ainda seja excessivamente dependente de tecnologias estrangeiras, muitas das quais, consideradas obsoletas nos países desenvolvidos.

Uma economia forte e uma sadia qualidade de vida requer uma estrutura modernizada, capaz de gerar empregos, aumentar a produção e exportação, melhorar as redes de telecomunicações e transportes, tornar acessível e eficiente a informática, a efetivação e desburocratização de serviços públicos, a produção de energias sustentáveis, e administrar com inteligência os recursos naturais ofertados pela biosfera.

Para se projetar como um país industrializado, o Brasil precisa conquistar a autonomia tecnológica, inserindo-a na pauta de suas prioridades políticas, e reduzir drasticamente sua dependência nesse setor.

Não há que se falar em desenvolvimento sustentável, sem levar em conta o papel da tecnologia, pois são indiscutíveis seus alcances práticos na seara socioeconômica, pois além de melhorar a qualidade de vida do cidadão, ela inseriria o país no rol das potências mundiais, alterando inclusive, a divisão internacional do trabalho, vez que o Brasil passaria a exportar tecnologias e conhecimentos, reduzindo assim, as commodities, qualificando seus trabalhadores e pagando melhores salários.

A tecnologia inova desde o trabalho no campo e nos centros urbanos, até o contexto público, em que Executivo, Legislativo e Judiciário, passam a lançar mão dos recursos tecnológicos para uma melhor prestação de seus serviços.

Ressalte-se que o desenvolvimento de tecnologias não pode significar substituição do trabalho humano ou se relacionar somente com acumulação capitalista.

Em síntese, o desenvolvimento a partir da educação, ciência e tecnologia deve ser sustentável, ou seja, precisa atender às necessidades humanas, sociais e ambientais, conforme determina a Carta Política atual:

A República Federativa do Brasil [...] constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] a dignidade da pessoa humana; [...] construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; [...] rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: [...] prevalência dos direitos humanos [arts. 1º, “caput”, III; 3º, I, II; 4º, “caput”, II, todos da CF de 1988].

O desavio geopolítico brasileiro é:

[...] na situação atual podemos ver um duplo desafio: um do lado da natureza e da técnica (desafio tecnológico-ecológico), outro do lado social surgido da globalização (desafio político). [...] Não deixa de ser estranho que no momento em que a globalização, sobretudo econômica, torna-se um fenômeno universal, se proclame por toda parte a impossibilidade teórica de uma ética universal; muito estranho porque a situação atual, e em nível mundial, está marcada fundamentalmente por quatro vergonhas político-morais que afetam gravemente a existência de todos: a fome e miséria; a tortura e a contínua violação da dignidade humana; o crescente desemprego e disparidade na distribuição de renda e riqueza; e a ameaça de destruição da humanidade pelo perigo de uma possível guerra nuclear e pelo desequilíbrio ecológico [BAEZ; SILVA & SMORTO, 2012, pp. 159 e 161].

### 3. CONCLUSÃO

À guisa de conclusão observou-se que as relações internacionais são pautadas por um forte domínio político e econômico das nações mais desenvolvidas, como é o caso dos Estados Unidos.

Esse domínio se dá por intermédio das empresas transnacionais, as quais, instaladas no mundo todo, controlam o mercado global impondo sua vontade. Na verdade interessa à essas empresas e países que regiões como a América latina continue pobre e dependente de seus recursos econômicos, financeiros, tecnológicos e científicos.

Todavia, a liderança brasileira no eixo mercosulino e o enorme potencial que possui pode quebrar esse paradigma inserindo o país no rol dos países industrializados. Tal pode se dar a partir da união entre os países latinos para quebrar o monopólio estrangeiro e sua política colonizadora.

No caso do Brasil verificou-se que a Carta Magna de 1988 elegeu o desenvolvimento nacional como meta estatal, o qual deve ser buscado a partir de um modelo sustentável, axiológico. Isso porque se prioriza a dignidade da pessoa humana, a justiça social e a ética.

A geografia política brasileira, tanto no plano interno quanto externo, caracteriza-se por um vetor axiológico.

Em sendo o subdesenvolvimento mais uma imposição estereotipada das lideranças globais que uma condição de insuficiência interna, o Brasil pode adquirir o tão sonhado desenvolvimento se eleger uma política estratégica consistente na educação, ciência e tecnologia.

Portanto, depreendeu-se que a síntese brasileira na busca de uma plataforma sustentável consiste em investimentos estratégicos internos nas áreas da educação, ciência e tecnologia, aliados a uma política eficiente, eficaz e efetiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAEZ, Narciso Leandro Xavier; SILVA, Rogério Luiz Nery da; SMORTO, Guido (Organizadores), et al. **Os desafios dos Direitos Humanos Fundamentais na América Latina e na Europa**. Joaçaba: Unoesc, 2012.

BURSZTYN, Marcel (org.); et al. **Ciência, Ética e Sustentabilidade**. 2 ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2001.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL. Vade Mecum Saraiva 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

DIZ, Jamile Bergamaschine Mata; CALDAS, Roberto Correia da Silva Gomes. **CONTRATOS ADMINISTRATIVOS À LUZ DE NOVAS FORMAS DE GESTÃO E DA SUSTENTABILIDADE: POR UMA CONCRETIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL**, Belo Horizonte/ São Paulo, 2016.

DUPAS, Gilberto; LAFER, Celso; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Organizadores), et al. **A NOVA CONFIGURAÇÃO MUNDIAL DO PODER**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FURTADO, Celso. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HEREDIA, Jose Manuel Sobrino. **Las nociones de integración y de supranacionalidad en el derecho de las organizaciones internacionales**. Universidade da Coruña, Espanha, 2002.

SAGASTI, Francisco R. **TECNOLOGIA, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO AUTÔNOMO**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

VENTURA, Deisy. **As assimetrias entre o Mercosul e a União Européia. Os desafios de uma associação inter-regional**. Barueri: Manole, 2003.